

7 — Por este programa de financiamento não são elegíveis as despesas:

- Com formação dos funcionários e agentes autárquicos;
- Realizadas anteriormente a 1 de Janeiro do ano em que é assinado o protocolo;
- Provenientes da execução de acções sem impacte directo na melhoria da qualidade da relação com o município e da prestação de serviços e ou por se reportarem a acções que se inserem no funcionamento normal dos serviços;
- Resultantes da execução de obras que não se configurem como pequenas obras de adaptação ou remodelação de espaços, efectuadas com o objectivo de proporcionar uma maior funcionalidade e uma resposta mais rápida e adequada no atendimento do cidadão e dos agentes económicos e sociais;
- Com pessoal, excepto as relativas a pessoal contratado para o desenvolvimento de acções específicas no âmbito da execução do projecto;
- Que se configurem como de funcionamento, dado o seu carácter de continuidade, prolongando-se para além da vigência do eventual protocolo a celebrar;
- Com a aquisição de bens em sistema de *leasing*, salvo as rendas líquidas durante o período inicial de vigência do protocolo, se a entidade interessada apresentar declaração de como se responsabiliza pelo pagamento dos juros a liquidar nos termos contratualmente acordados e que o bem ficará na sua posse no termo do prazo do contrato.

8 — As candidaturas são ordenadas por ordem decrescente das pontuações obtidas pelo produto dos dois indicadores designados por *x* e *y* que constam nos quadros abaixo, sendo que o *x* traduz o somatório das pontuações obtidas e o *y* a maior majoração atribuída, ambos de acordo com o que a seguir se indica:

Indicador *x*:

	Pontuação
Domínios de financiamento:	
a) Promoção da sociedade de informação e do conhecimento, privilegiando o recurso à Internet e intranet nas autarquias	5
b) Implementação de mecanismos de informação, de audição e de participação dos cidadãos e dos agentes económicos e sociais nas freguesias ...	4
c) Aquisição de equipamento informático	3
d) Adaptação das instalações autárquicas a pessoas condicionadas na sua mobilidade	3
e) Aquisição de equipamentos, com excepção do equipamento informático, em complemento de acções de revalorização das instalações autárquicas	2
f) Outros	1

Indicador *y*:

	Majoração
Enquadramento das candidaturas:	
a) Que visem a ligação em rede entre várias autarquias	1,5
b) De entidades nunca contempladas	1,4
c) Que desenvolvam formas de cooperação entre autarquias	1,4
d) Que revelem a integração de vários domínios de financiamento, com visão de sistema	1,3
e) Com projecto de formação para o respectivo pessoal, candidato ou a candidatar ao FORAL	1,2
f) Outro	1

9 — A selecção atenderá à ordenação das candidaturas definida de acordo com os critérios estabelecidos no presente despacho, bem como às disponibilidades da correspondente dotação inscrita no Orçamento do Estado para o ano 2005.

12 de Janeiro de 2005. — O Secretário de Estado da Administração Local, *José de Almeida Cesário*.

Secretaria-Geral

Despacho (extracto) n.º 2442/2005 (2.ª série). — Por despacho do secretário-geral de 21 de Janeiro de 2005:

José Carlos Lourenço de Andrade, técnico superior de 1.ª classe, do quadro de pessoal desta Secretaria-Geral — nomeado por tempo indeterminado, precedendo concurso, na categoria de técnico superior principal da mesma carreira, considerando-se e exonerado do lugar anterior a partir da data da aceitação. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

21 de Janeiro de 2005. — A Secretária-Geral-Adjunta, *Maria Helena Fernandes*.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PESCAS E FLORESTAS

Gabinete do Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Agricultura, Pescas e Florestas

Despacho n.º 2443/2005 (2.ª série). — No uso da competência que me foi delegada nos termos do n.º 3 do despacho n.º 19 916/2004, do Ministro da Agricultura, Pescas e Florestas, publicado na 2.ª série do *Diário da República*, de 23 de Setembro de 2004, de harmonia com as disposições conjugadas do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 215-A/2004, de 3 de Setembro, e dos artigos 35.º e 36.º do Código do Procedimento Administrativo, subdelego no presidente do Instituto Nacional de Investigação Agrária e das Pescas (INIAP), Professor José Manuel de Abecassis Empis, a competência para a prática dos seguintes actos:

1 — De gestão geral, a emissão de instruções referentes a matérias relativas às atribuições genéricas do INIAP, conforme o n.º 1 do artigo 9.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro.

2 — Das acções do INIAP:

2.1 — Autorizar a concessão de bolsas de estudo, mediante a celebração de contratos, bem como proceder à respectiva revogação;

2.2 — Proceder à gestão corrente das bolsas atribuídas, o que inclui a prorrogação das datas contratualmente fixadas.

3 — Da gestão dos recursos humanos:

3.1 — Conceder licenças sem vencimento por um ano e de longa duração e autorizar o regresso dos funcionários à actividade, nos termos dos artigos 76.º, 78.º e 82.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março;

3.2 — Autorizar a acumulação de funções públicas e privadas, a que se referem os artigos 31.º e 32.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro;

3.3 — Autorizar a ultrapassagem dos limites fixados nos n.ºs 1 e 2 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 259/98, de 18 de Agosto, nos casos de prestação de trabalho extraordinário ao abrigo da alínea *d*) do n.º 3 do citado artigo;

3.4 — Autorizar a deslocação ao estrangeiro de funcionários e agentes do INIAP, desde que a respectiva despesa tenha cobertura orçamental;

3.5 — Autorizar a concessão de abonos, antecipados ou não, de ajudas de custo e pagamentos de transportes, incluindo em avião e carros de aluguer, dentro dos condicionalismos legais;

3.6 — Instaurar inquéritos relacionados com os serviços do INIAP, determinar a suspensão preventiva de funcionários sujeitos a processo disciplinar e autorizar a prorrogação de prazos, nos termos, respectivamente, dos artigos 85.º e 54.º, do n.º 1 do artigo 45.º e do n.º 2 do artigo 87.º, todos do Estatuto Disciplinar dos Funcionários e Agentes da Administração Central, Regional e Local, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 24/84, de 16 de Janeiro;

3.7 — Autorizar a condução de viaturas afectas ao INIAP por funcionários que não exerçam as funções de motorista, nos termos do n.º 2 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 490/99, de 17 de Novembro;

3.8 — Autorizar a utilização de veículo próprio, em serviço, nos termos do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 50/78, de 28 de Março;

3.9 — Autorizar a requisição de funcionários por parte de organismos internacionais e como cooperantes.

4 — Subdelego no conselho administrativo do INIAP poderes para a prática dos seguintes actos:

4.1 — Autorizar a realização de despesas com locação de bens e serviços, até ao limite de € 500 000, ficando sujeitas a homologação as superiores a € 99 760 e € 498 780, respectivamente, para os casos previstos nos n.ºs 1 e 3 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho;

4.2 — Autorizar o processamento de despesas resultantes de acidentes em serviço, até ao limite de € 5000.